

8ª LEGISLATURA | 61º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO

PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

RENATO SILVA
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JEFERSON ALVES
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2º SECRETÁRIA

TAYLA PERES
3ª SECRETÁRIA

GABRIEL PICAÑO
4ª SECRETÁRIO

NILTON SINDPOL
CORREGEDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Renan Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Coronel Chagas;
- e) Deputado Evangelista Siqueira;
- f) Deputado Jorge Everton; e
- g) Deputada Lenir Rodrigues.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
- b) Deputado Nilton Sindpol – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Dhiego Coelho.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Nilton Sindpol – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Evangelista Siqueira – Presidente;
- b) Deputada Lenir Rodrigues – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Jeferson Alves – Presidente;
- b) Deputado Jalsner Renier – Vice-Presidente;
- c) Deputado Chico Mozart;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picaño;
- d) Deputado Odilon Filho;
- e) Deputada Tayla Peres;
- f) Deputado Nilton Sindpol; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dhiego Coelho;
- d) Deputado Gabriel Picaño;
- e) Deputado Marcelo Cabral;
- f) Deputado Neto Loureiro; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Renan Filho – Presidente;
- b) Deputado Odilon Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Jorge Everton.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jalsner Renier;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Gabriel Picaño – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Marcelo Cabral; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon Filho – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Gabriel Picaño.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputada Lenir Rodrigues – Presidente;
- b) Deputado Jeferson Alves – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Marcelo Cabral.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Dhiego Coelho – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jalsner Renier;
- d) Deputado Jorge Everton; e
- e) Deputado Neto Loureiro.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Jânio Xingu – Presidente;
- b) Deputado Dhiego Coelho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jeferson Alves;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picaño – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Coronel Chagas.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Betânia Almeida – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputada Yonny Pedroso – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Evangelista Siqueira; e
- e) Deputada Lenir Rodrigues;

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Ângela Águida – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jânio Xingu;
- d) Deputada Lenir Rodrigues; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Evangelista Siqueira;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputada Lenir Rodrigues;
- f) Deputada Aurelina Medeiros (1ª suplente); e
- g) Deputado Neto Loureiro (2ª suplente)

Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Jalsner Renier – Presidente;
- b) Deputada Yonny Pedroso – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picaño;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Renato Silva.

SUMÁRIO

Mesa Diretora

- Resoluções nº 116 e 117/2021 - MD 02

Superintendência Legislativa

- Requerimento nº 179/2021 02

- Ata da 2898ª Sessão Ordinária - Íntegra 03

- Ata da 2899ª Sessão Ordinária - Íntegra 08

Superintendência Administrativa

- Extrato do 4º Termo Aditivo - Contrato nº 068/2017 13

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Errata da Resolução nº 2316/2019 13

- Resoluções nº 9154 a 9156/2021 13

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br> - Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

ANDRÉ GUILHERME TAVARES MILENAS

MATHEUS CASTRO DOS SANTOS

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira até às 15:30h, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO Nº 0116/2021-MD

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução nº 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RONNIE BRITO BEZERRA, matrícula: 22364, CPF: 935.117.522-72, do Cargo Comissionado de PG-III Chefe de Procuradoria, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 013/17, de 18 de outubro de 2017, publicada no Diário da ALE nº 2634 de 06.11.2017 e suas alterações e Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 09 de dezembro de 2021.

Boa vista - RR, 13 de dezembro de 2021.

Deputado SOLDADO SAMPAIO

Presidente

Deputado JEFERSON ALVES

1º Secretário

Deputada AURELINA MEDEIROS

2ª Secretária

RESOLUÇÃO Nº 0117/2021-MD

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução nº 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANDRESSA DUARTE SANTOS MIRABILE, matrícula: 24800, CPF: 922.580.422-91, do Cargo Comissionado de PG-IV Assessor(a) Especial da Procuradoria, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 013/17, de 18 de outubro de 2017, publicada no Diário da ALE nº 2634 de 06.11.2017 e suas alterações e Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º NOMEAR ANDRESSA DUARTE SANTOS MIRABILE, matrícula: 24800, CPF: 922.580.422-91, do Cargo Comissionado de PG-III Chefe de Procuradoria, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 013/17, de 18 de outubro de 2017, publicada no Diário da ALE nº 2634 de 06.11.2017 e suas alterações e Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 09 de dezembro de 2021.

Boa vista - RR, 13 de dezembro de 2021.

Deputado SOLDADO SAMPAIO

Presidente

Deputado JEFERSON ALVES

1º Secretário

Deputada AURELINA MEDEIROS

2ª Secretária

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 179, DE 2021

(Do Sr. Deputado Renato Silva)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima:

O Deputado que a este subscreve amparado no que determina o art. 194, V do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima, requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 011/2020, que Institui o Junho Verde no âmbito do Estado de Roraima, mês dedicado à realização de ações e campanhas de prevenção às drogas.

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2021.

RENATO SILVA

Deputado Estadual

ATAS
**ATA DA 2898ª SESSÃO, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021
 =ORDINÁRIA=
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MARCELO CABRAL
 (Em exercício)**

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e um, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se início à segunda milésima octingentésima nonagésima oitava Sessão Ordinária da oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Convido os deputados Coronel Chagas e Renan para atuarem como primeiro e segundo-secretários *ad hoc*, respectivamente.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** - Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Renan** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. Os deputados que concordam, permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** - O Expediente consta do seguinte, senhor Presidente: **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 298/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “institui o selo academia inclusiva e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 299/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “institui programa reeducação de agressor de violência doméstica e familiar e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 300/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “institui, na rede estadual de ensino, a campanha permanente de combate à desigualdade de gênero e ao machismo e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 301/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “institui o programa estadual de apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 302/2021, de autoria do deputado Jânio Xingú, que “dispõe sobre a parcela pertencente aos municípios do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação-ICMS”; Projeto de Decreto Legislativo n. 74/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Francisco das Chagas Felix Corrêa); Projeto de Decreto Legislativo n. 75/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Dra. Magnólia Rocha); Projeto de Decreto Legislativo n. 76/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Ednaldo Gomes Vidal); Projeto de Decreto Legislativo n. 77/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Erick Cavalcanti Linhares Lima); Projeto de Decreto Legislativo n. 78/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Ângela Maria Gomes Portela); Projeto de Decreto Legislativo n. 79/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Helder Girão); Projeto de Decreto Legislativo n. 80/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Rudson Rocha); Projeto de Decreto Legislativo n. 81/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Lana Leitão Martins); Projeto de Decreto Legislativo n. 82/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Maria do Rosario Alves Coelho); Projeto de Decreto Legislativo n. 83/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Mozarildo Monteiro Cavalcanti); Projeto de Decreto Legislativo n. 84/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá

outras providências” (Tânia Vasconcelos); Projeto de Decreto Legislativo n. 85/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Iolanda Macuxi); Projeto de Decreto Legislativo n. 86/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Sales Eurico Melgarejo Freitas); Projeto de Decreto Legislativo n. 87/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Fruitoso Lins Cavalcante Neto); Projeto de Decreto Legislativo n. 88/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “concede a comenda orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (Simone Arruda do Carmo); Requerimento n. 171/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que requer a realização de Audiência Pública para o dia 10 de dezembro de 2021, às 15h, com o tema: “Segurança Pública para os Micros e Pequenos Empresários do estado de Roraima”; Indicações n. 1401 e 1402, de autoria do deputado Jorge Everton; Indicação nº 1403, de autoria do deputado Gabriel Picanço; Indicações n. 1404 a 1411, de autoria do deputado Marcelo Cabral; Indicações n. 1412 e 1413, de autoria da deputada Betânia Almeida; Memorando n. 091/2021, de autoria do deputado Nilton Sindpol, justificando sua ausência à sessão do dia 24 de novembro do corrente ano; Memorando n. 116/2021, de autoria da deputada Yonny Pedrosa, justificando sua ausência às sessões dos dias 23, 24 e 25 de novembro do corrente ano; Memorando n. 160/2021, de autoria da deputada Lenir Rodrigues, justificando sua ausência às sessões dos dias 23, 24 e 25 de novembro do corrente ano; Memorando n. 127/2021, de autoria do deputado Jalsler Renier, justificando sua ausência à reunião das comissões em conjunto relativo ao dia 23 de novembro do corrente ano; Memorando n. 126/2021, de autoria do deputado Jorge Everton, que justifica ausência à sessão plenária relativo ao dia 23 de novembro do corrente ano. **DIVERSOS:** Ofício n. 53/2021, de autoria do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, em resposta ao Ofício n. 176/2021-SL/ALERR.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Senhor presidente, estão inscritos no grande expediente os deputados Jalsler Renier, Renan e Gabriel Picanço.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Nós temos, então, três oradores, cada deputado com o tempo 20 minutos

Convido o deputado Jalsler Renier pelo tempo de 20 minutos.

O Senhor Deputado **Jalsler Renier** – Senhoras e senhores, no dia 25 de janeiro deste ano, o ministro Alexandre de Moraes proferiu uma decisão liminar, que me afastou do cargo de presidente desta Casa. Essa decisão liminar que, embora não muito fundamentada, e tão pouco levada ao conhecimento da Corte, ele, simplesmente não levou o processo a julgamento. O tempo foi passando, as horas foram passando e eu procurei constituir dois advogados para acompanhar, de perto, esse processo. De acordo com o entendimento do Supremo, com base na jurisprudência daquela Corte, estaria o pensamento do Supremo norteado, para que as razões apresentadas pelo então ministro, fosse discutida na Corte e ali, ficasse claro que seria ex-nunc, que no direito se chama: “daqui para frente”, ou seria ex-tunc, prevalecendo a decisão monocrática do até então ministro da Suprema Corte brasileira, para que todos os presidentes das Assembleias Legislativas que estivessem nos cargos saíssem, de acordo com a sua decisão monocrática. Eu apresentei várias petições e os pedidos foram aceitos, o processo entrou na pauta pela primeira vez. Quando o processo entrou na pauta, o ministro Alexandre de Moraes proferiu um voto e o voto dele foi exatamente mantendo o ex-tunc, ou seja, para que todos os presidentes que tivessem acima de três, quatro mandatos, saíssem imediatamente dos seus cargos, contrariando o pensamento e a Constituição Federal Brasileira. Mas, mesmo assim, aquilo não estava pacificado na Corte. O que fez? Nós entramos com os recursos necessários e foi julgado. Quando ele entrou com a ação, o ministro Gilmar Mendes pediu vistas do voto do então ministro relator. Quatro meses se passaram e o ministro Gilmar Mendes apresentou o voto, sendo divergente ao ministro Alexandre de Moraes. No voto do ministro dizia para que ele me desse posse imediata, considerando o ato da Assembleia Legislativa nulo e a eleição nula. Isso está no voto dos anais do ministro Alexandre. A Assembleia Legislativa, naquele dia, entrou com requerimento e, pela primeira vez na história política do Supremo Tribunal Federal, o ministro pediu vista do visto que ele já havia dito. Muito bem, politicamente, nós entendemos tudo que acontece na vida política e também na vida jurídica. Novamente, impetrei novas petições, criei novos fatos e o caso do Mato Grosso, que foi afastado numa decisão monocrática, tal como a minha, diante daquelas circunstâncias, também foi pautado pelo

ministro Gilmar Mendes. Um mês depois que ele pediu vista da vista do processo que ele deu, o que aconteceu? O ministro Alexandre de Moraes pediu vistas de novo; ele pediu vistas para que o processo fosse pautado na câmara presencial virtual do Supremo Tribunal Federal. Já houve isso? Não. O processo transita hoje? Sim. Obviamente, é insano você pensar que houve sim, uma armação desta Mesa Diretora para que o processo não fosse votado, porque no dia 27 de dezembro, no dia 27 de setembro, o então Supremo Tribunal Federal publicou uma decisão, criando uma jurisprudência, uma decisão que todos os atos ali praticados por todos os presidentes prevaleceriam, a partir das próximas eleições. Ou seja, quem está no cargo continua e quem não está no cargo volta; que é o meu caso e do Mato Grosso. Eu estou dando só uma prévia de como está o processo. E, eu tenho me mantido calado por conta dessas questões. E, veio o caso do repórter Romano dos Anjos em que imputaram a mim uma parte da responsabilidade, como se eu fosse um agressor, guerreiro, leão, no meio do mato com fome à procura de uma presa para comer. Foi assim que a mídia do senador Romero Jucá apontou para mim. Aliás, o senador Romero Jucá era meu amigo, e aqui me arrependo de ter rompido minha amizade por muitos anos que tive com ele por conta daquele episódio que aconteceu com a ex-prefeita Teresa, em que realmente, eu pedi desculpas, porque perdão eu só peço a Deus. Mas, ela não aceitou meus pedidos de desculpas, mas vida que segue.

Naquele momento, deputado Chagas, o processo começou e instaurou-se aqui, no estado de Roraima, por uma mídia clicada, somente por um segmento da sociedade, porque as pessoas falam: Ah! a sociedade, as pessoas, mas a gente não vê a sociedade, a gente vê um segmento, um ponto, um viés da mídia, apontando as armas para o meu peito, como se eu fosse o “homem de ferro”. Diante desse cenário, eu fui acusado. O partido do senhor Nicoletti, que é um inconsequente, um imbecil, um homem que não tem o menor pudor e tampouco caráter, moveu uma ação contra a minha pessoa. Essa ação, movida pelo desprezível e incompatível Nicoletti, que não teve nenhuma consistência sobre o aspecto original, sobre o aspecto regimental, entrou aqui, na Comissão de Ética para tirar meu mandato e o processo está aí, circulando para tirarem o meu mandato.

A Assembleia, agora, não está satisfeita em tirar meu cargo de presidente. Os meus colegas deputados, aqueles que quando eu estava na Assembleia me abraçavam, beijavam meu rosto, tocavam nas minhas mãos... quantas orações eu recebi, aqui, da Perpétua e da Sílvia? Quantas orações eu não recebia? Mas, até os servidores ficaram acudados depois que eu sai da presidência quando o novo gestor, um carrasco que sangra as ovelhas, resolveu assumir a presidência para apontar o dedo na minha cara, a arma no meu peito e me atirar sem eu ter, sequer uma espoleta para disputar com ele.

Senhores deputados, o que está acontecendo nesta Casa é uma agressão. O deputado Jorge Everton, que tenho por ele um profundo respeito, foi para as redes sociais, ontem, colocar minha cabeça a prêmio e dizer nas redes sociais que está ali para fazer justiça, que está ali para fazer o que o povo “pidi” [sic], o que o povo “pidi” [sic] é o que ele vai fazer. Mas, quem está “pidindo” [sic] é ele. É ele que está “pidindo” [sic] para minha cabeça vir à tona, para que eu seja cassado, para que eu seja preso, novamente, para que eu seja torturado em praça pública, coisa que eu jamais faria com qualquer colega desta Casa. Aliás, o mesmo deputado Jorge Everton, “pidia” [sic]: “vamos cassar Denarium, vamos cassar Denarium”. Eu estava com 18 deputados na minha casa, no meu escritório, todos perfilados com sangue, com vontade de tirar esse governador medíocre, que está aí, nesse palácio. E, eu olhei e disse: não vou tirar, porque o voto do povo tem que ser respeitado. Quantos não foram os deputados que me procuraram para tirar dona Suely Campos? Quantos não foram esses deputados? Às vezes, eles não me olham com vergonha, porque eles sabem o bem que eu fiz, eles sabem. Tirar cargos de deputados, aqui, como tiraram todos os meus, é um direito. Agora, tirar um mandato, tirar um mandato sem nenhuma prova, e, o pior, Sua Excelência, o deputado Jorge Everton, “pidiu” [sic] para que eu trouxesse as testemunhas, as 31 testemunhas, Coronel Chagas, que eu arrolei no meu processo de cassação, agora. Eu tenho que trazer essas testemunhas, às 15h, como se isso aqui fosse um tribunal de exceção. “Não, na CPI pode, porque na CPI, eu intimo. Agora, na Comissão de Ética, para afastar, para cassar, para defenestrar o deputado Jalsler, ele que traga as testemunhas, ele que traga os juízes, ele que traga os deputados, ele que traga as pessoas que estão presas”. Porque no meu rol de testemunhas, eu coloquei o Romano dos Anjos, eu coloquei todos os repórteres que já me agrediram politicamente, que agrediram a minha família, para saber deles, no meio da comissão, se eles foram algum dia ameaçados por mim. Nunca foram.

Não tive, sequer, quando covardemente esta Casa manteve minha prisão, mesmo sabendo que o erro estava pairado na frente dos olhos, mas não, tutelado pelo deputado Sampaio, porque a vingança anda

ao lado do seu peito, ele apontou a arma e disse: “cassa, tira, prende”. E, um belo dia, quando eu estava preso, eu vi a presença de 4 deputados, eu até me alegrei, achando que eles fossem me visitar, mas eles não foram me visitar, eles foram lá pedir a minha mucosa acobolada. Eles foram lá para me intimidar para que eu pudesse vir aqui, em praça pública, ser execrado, novamente. Poderia estar aqui o Kakay, o Nabor Bulhões, um dos melhores tribunos deste país, é como se estivesse falando e pregando para convertido.

Liguei para vários deputados, me humilhando para vários deputados para que eles me atendessem, para que ouvissem a minha versão. Mas, muitos me dizem: “infelizmente, não dá, eu vou ter que te caçar, porque senão eu vou perder trezentos, quatrocentos mil de cargos”, “eu vou perder o meu processo”, “eu vou perder as minhas benfeitorias que eu tenho aqui dentro da Casa”, “eu vou perder os acordos que eu tenho aqui dentro” e que eu conheço muito bem, que eu sei muito bem os acordos que têm aqui, dentro. Agora, pegar um colega e destruir, acabar com a sua vida política por um simples prazer de um homem, cuja conversa eu já tentei várias vezes, buscando um caminho para que eu dissesse: “segue a tua vida em paz e eu sigo o meu caminho. A presidência que você conquistou, muito embora até hoje não ficou muito claro para a sociedade brasileira e nem para o Supremo Tribunal Federal, que tu és o presidente, de fato, eu vou te respeitar por direito”. Mas, não. O tempo foi passando e a mágoa foi aumentando, o grito foi aumentando. Eu, como presidente do partido, até tentei mudar uma deputada de um partido que tem vontade no sangue das veias dela, que não vê a hora de chegar para me caçar e atingir o seu objetivo. Mas, eu não consegui, porque a minha colega de partido que, também, ficou com receio de perder os seus benefícios, ligou para ela e disse: “eu não vou me meter nessa briga. Deputado Sampaio, eu não vou me meter nessa briga. Eu sou muito pequena, eu tenho processos”. Quantos não têm? Quantos não respondem processos, aqui? Processos que, inclusive, deputada Lenir, já era para a Comissão de Ética ter tirado os deputados, porque foram condenados pela Justiça na primeira, na segunda instância, mas estão aqui. Mas, o Jalsler não! O Jalsler, que não tem denúncia recebida; o Jalsler, que não tem citação nos autos; o Jalsler, que não o inquérito encerrado; a Comissão de Ética tem que fazer a reunião, hoje, à tarde, para ouvir 31 testemunhas e me colocar para fora, porque é assim que o justiceiro Jorge Everton quer fazer comigo. É assim que esse homem trata os seus amigos; é assim que esse homem trata aqueles que lhe estenderam as mãos.

Eu, senhoras e senhores, cansei. Eu cansei de ficar, eu não sei quanto tempo eu vou ficar, aqui. Estou apelando, por meio judicial, porque por meio político eu sei que estou vendo a hora, ainda não foi aprovado, mas é só questão de tempo eles aprovarem aqui, na comissão, na Constituição, para que todas as votações sejam abertas, igualmente. Eles fizeram, erradamente, porque a Constituição não tinha nem se manifestado e a Assembleia se reuniu, abertamente, votaram os 17 deputados.

Agora, eles querem alterar a Constituição. Aumentaram as três sessões para poder valorizar, ainda mais, o tempo que a Comissão de Ética se reunisse. Eu sei que vocês não estão nem um pouco comovidos com a minha dor. Eu sei. Mas, eu estou. Estou, porque eu sou pai, tenho família e nunca na minha vida faria o que vocês estão fazendo comigo. Jamais, na minha vida, eu daria para vocês a faca para bater no peito de vocês. Isso, eu não faria.

O repórter que ora falam dele, ele era do meu gabinete. Ele é a minha testemunha, não é testemunha do senhor cavaleiro do zodíaco, não! Ele é a minha testemunha. Eu pedi que todos os segurancas daquela prisão, porque eu quero trocar as testemunhas, para que eles sejam minhas testemunhas. Mas como, deputada Lenir, a senhora que é uma mulher da lei, como é que posso pegar 31 testemunhas, hoje à tarde, e trazer aqui para satisfazer o bel prazer do senhor juiz de direito, ministro do Supremo, Jorge Everton. Como? Como é que posso fazer isso? Como é que posso acreditar numa imparcialidade de um homem que vai para mídia dizer que tem que cassar, tem que tirar, fazer justiça, sem antes ouvir as testemunhas, deputado Chagas, o senhor que é Presidente da Comissão, e o considero como homem íntegro. Isso sim, é carta marcada, porque querem me tirar daqui até o final do ano. Eu tenho procurado os deputados. Sabem o que eles fazem comigo? Viram as costas, não me atendem, não retornam minhas ligações. Alguns poucos fazem isso, deputado Chico, e o senhor é um deles. O restante, me ignora, olha pra mim e diz assim: infelizmente! Outros dizem: calma, calma nós estamos construindo! Aí, fico pensando: construindo o quê? A melhor maneira de te arrancar da Assembleia. É isso que estão construindo.

Hoje, senhoras, quero aqui, criar e vou trazer amanhã para esta Casa, vamos apresentar uma fiscalização para que os deputados tomem conhecimento e ciência. Fui notificado de que 80%, deputado Marcelo, o caso é sério, ocupo pouco a Tribuna e gostaria que Vossa Excelência se por ventura pudesse, me desse mais dois minutos.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Concedo mais dois

minutos.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Obrigado. Tive informação de que nesta Casa, existem 80% de deputados que recebem dinheiro do cidadão e colocam no bolso. Eu tive essa informação.

Eu estou criando um site, agora, no meu Instagram: você, que estiver me assistindo, agora, se você tiver e for funcionário da Assembleia e tiver recebendo dinheiro, o teu dinheiro, e dividido com deputado, isso é crime, isso é cadeia, isso é gafanhotagem. Aquela, deputada Aurelina, que levou a senhora e eu para a cadeia. Se tiver alguém nesta Casa, que esteja recebendo dinheiro e dividindo para deputado, vou deixar o meu número para que você possa ligar para mim, e eu vou garantir o teu segredo e eu vou criar uma investigação aqui dentro, para saber se isso é verdade, ou se isso é mentira; para saber se isso é fato ou não. Vou pedir dessa presidência todos os processos que estão tramitando aqui, dentro. Vou pedir dessa presidência a explicação de tudo que tiver, enquanto estiver dentro desta Casa, porque sei que os senhores vão me cassar. Vou pedir dessa presidência, para que essa presidência me explique os quase R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) que ela fez este ano de abertura de crédito suplementar. Esta Casa tem que explicar por que aumentou a verba de gabinete, a verba de ressarcimento. Por que aumentou? E por que fechou todos os programas sociais que eu havia feito, aqui, dentro desta Casa? Por que esta Casa está fazendo isso? Por que esta Casa está fazendo isso? Por que esta Casa aumentou a folha de pagamento nos valores referentes ao que eu tinha em mais de 25%, enquanto que na minha época, ninguém precisou de nada e até dinheiro devolvemos para o governo? Por que esta Casa está juntando e fazendo isso? Isso não é justo! Não é justo uma Casa olhar para um homem...

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Deputado, Vossa Excelência já teve vinte minutos, lhe concedi mais dois minutos e agora, peço que encerre sua fala, por gentileza.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** continua – Deputado Renan, deputado Renan. Deputado Renan, o senhor daria seu tempo para mim, só para eu concluir? Poderia pedir de Vossa Excelência? Eu ocuparia apenas cinco minutos do seu tempo e o restante seria seu, pode ser? deputado Marcelo, o deputado Renan me concedeu o tempo dele por cinco minutos. Posso continuar?

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Pode sim, por cinco minutos.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** continua – Então, quero aqui, senhores deputados... vou sempre enfrentar o bom combate. Vou sempre enfrentar a boa guerra. Eu posso cair, mas, se eu cair, vou cair como uma árvore, de pé, porque eu nunca fiz maldade com ninguém dentro desta Casa. Eu sempre tratei todas as pessoas, aqui, com respeito. Eu nunca desmoralizei ninguém. O fato de eu ter tirado um cargo ou outro, é um cargo de comissão que compete ao presidente, como ele tirou todos os meus. Como tem uns deputados que têm muitos e uns deputados que vão ter poucos e sempre vai ser assim e essa é a lei da vida política, até a Assembleia Legislativa apresentar um concurso público digno que acabe com essa quantidade de cargos comissionados. Mas, eu estou sendo vítima, estou sendo vítima, primeiro, de ter feito algo que eu não fiz porque não sou homem de mandar fazer nada contra ninguém, eu mesmo faço. E, aqui, ninguém está preocupado com o repórter, ninguém. Todos os deputados, aqui estão preocupados, os que dão apoio à Mesa do Sampaio, estão preocupados e em proteger à Mesa do Sampaio, porque se o processo for pautado na Suprema Corte brasileira, eu já tenho dois votos e já existe naquela Corte uma posição definida, uma jurisprudência definida, uma súmula vinculante definida, que deixa claro que as eleições são para a frente e não para trás. É isso que está acontecendo. Ninguém está preocupado com o repórter, não, porque sabem que se eu for cassado deputado Chagas, toda a Mesa será cassada e aí, o deputado Sampaio provoca uma nova eleição e na força da imposição vai ser eleito, novamente. Direito dele. Parabéns! Parabéns! Agora, as explicações que eu pedi, elas vão ter que ser dadas. E eu vou pedir essas explicações na justiça, porque eu sei que aqui, na Assembleia, elas não vão passar. Mas, eu vou protocolar na justiça e vou até o fim. Até o fim, aonde eu puder. Até o dia que o meu mandato der, porque é isso que o deputado Jorge Everton está fazendo é uma fragmentação democrática. Ele não está deixando eu me defender, ele está passando por cima de tudo e de todos. E, ainda, fazendo vídeo criticando a minha cara, achando que eu sou algum palhaço.

Coloco, aqui, um fim nas minhas palavras, senhor presidente, agradeço, imensamente, a evangélica paciência da tolerância e da virtude que fez o senhor me ouvir até agora. Creio muito que essa maldade que está sendo apontada para mim, pode ter certeza, deputado Chagas, que um dia, por uma razão, ela vai ser apontada para aqueles que querem me derrubar, agora. Uma vez, eu vi o presidente Lula olhar para o juiz Moro e ele lá, o juiz imperioso, dono da situação, achando que era o cara, olhou para o

Presidente da República, preso e naufragado em frangalhos, no fundo do poço, sem perspectivas políticas. A onda do Bolsonaro lá em cima. E ele, com a maior e melhor aceitação popular da história do Brasil e estava lá um presidente presidiário ouvindo as palavras do Moro, que dizia: “cálese, porque quem está com a palavra é a autoridade máxima dessa Corte. Se atenha somente ao que eu digo”. O Presidente Lula olhou, com toda a humildade e disse: “cuidado com as suas palavras que um dia elas poderão se voltar contra o senhor”. Está aí, deputado Chagas, hoje é o nome mais cotado para ser o Presidente do Brasil. E o Moro, é o mais cotado para ser escorraçado nas urnas e pelo povo brasileiro. Muito Obrigado.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Com a palavra o Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Bom dia a todos. Quero aqui, cumprimentar todos os deputados e deputadas que estão aqui, neste momento; cumprimentar todos os funcionários e colaboradores, aqui, da Assembleia, e todos os usuários e espectadores do plenário desta Assembleia.

Presidente quero fazer um comentário em referência à nossa viagem que fizemos pela Unale ao Mato Grosso do Sul. Nós tivemos três dias reunidos lá, com muitos deputados e deputadas deste Brasil afora, no qual, nós tivemos a graça e satisfação de termos juntos lá, a deputada Lenir, deputada Yonny, deputado Chico Mozart, deputada Tayla, deputado Renato Silva e Neto Loureiro. Nós tivemos a grata satisfação de representar o deputado, presidente da nossa Assembleia, Soldado Sampaio, na reunião do Parlamento Amazônico, onde ele foi escolhido para ser o presidente do colegiado dos presidentes. Mas, infelizmente, não pode ser efetivado, porque tinha uma exigência do Código de Ética da eleição, onde a pessoa eleita presidente, deveria estar presente, mas ele foi lembrado. E, para nós, é um orgulho, também, por ser o primeiro estado da Região Norte, lá na cabecinha e ter o privilégio de sermos lembrados e agraciados. Quero dizer também da minha gratidão, do meu orgulho de estar deputado estadual e receber o título de vice-presidente da Região Norte do nosso grande Brasil. Hoje, eu represento, como vice-presidente, os nove estados da Amazônia Legal, do nosso Brasil pela Unale. Como conselheiro fiscal do parlamento amazônico, quero agradecer à deputada Lenir, que foi uma das maiores vibradoras, na hora do nosso nome ser aclamado. Agradeço a Vossa Excelência, deputada Lenir, pelo carinho, pela consideração, assim como todos os nossos colegas, amigos, que lá estavam, nesse momento de grande alegria e de grande orgulho para o nosso Estado. Tivemos, também, palestras da nossa ministra da agricultura, que nos deu várias esperanças para o nosso grande Brasil, com a produção agrícola, que no Brasil está se alavancando, onde graças a Deus a balança comercial brasileira está sendo regulada pelo agronegócio do Brasil e em Roraima não é diferente. E, também, o nosso ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, dando explicações em referência às eleições, que estão em pauta para serem disputadas em 2022. Então, foi um evento de grande importância para o Brasil e para Roraima, onde tivemos a oportunidade de discutir, no parlamento amazônico, pedir apoio do povo brasileiro por meio dos deputados federais, dos senadores da república com representatividade dos deputados estaduais, para que o Brasil olhasse, com carinho, o problema migratório que estamos enfrentando em nosso Estado. O Brasil é um gigante, mas Roraima é muito pequeno para caber a população da Venezuela. Aqui, no nosso Estado, parece que a consequência, a grosso modo, não são grandes, mas nós temos problemas monstruosos, tanto com problemas sociais, problemas de saúde, problemas educacionais e parece que o Brasil ainda não se atentou, ainda não olhou para isso, que em Roraima não cabe um país dentro do nosso Estado. Então, pedimos apoio, nós tivemos comprometimento dos deputados em nos ajudar a levar esse problema ao Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Nacional para que Roraima seja visto com outros olhos para que nós possamos resolver o nosso problema migratório dentro do nosso Estado.

Então, eu quero, aqui, também, agradecer, em nome da Assembleia Legislativa, ao pessoal do cerimonial, que foi lá, para esse grandioso evento. Sempre digo e as pessoas pensam que é com brincadeira, mas não é brincadeira, agradecer, em nome da Silvia, pois a Silvia é a melhor cerimonialista que temos no país, vocês podem se atentar para isso. A Silvia, cuida da gente, cuida dos eventos, ela é rigorosamente cuidadosa em todas as discussões que vão a esses eventos. Ela não nos deixa perdemos nem um minuto. Então, parabéns Silvia, pelo seu carinho, pelo seu profissionalismo.

Quero agradecer, já que comecei pelo cerimonial, agradecer a Silvia, agradecer a Maria Jaime Menezes, agradecer a Elis, ao Miguel, Débora Lacerda e a Camila Leite, são excelentes profissionais que Roraima tem a nível de Brasil. Elas são as melhores, vocês podem ter certeza. Elas são consideradas umas das melhores desse grande Brasil. Concedo à palavra a Eminente Deputada Yonny.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Eu cumungo das suas palavras, e quero, aqui, agradecer, imensamente, o apoio de toda a equipe da Assembleia. Eles, realmente, são fantásticos em dar todo esse suporte para nós. E também, falar desse evento, que foi tão importante, foi de uma forma expansivo, na questão de nos trazer mais conhecimento, do que tem acontecido nas assembleias. E também, parabenizar Vossa Excelência pelo cargo de vice-presidente. O senhor, realmente, é um homem muito atuante dentro da Assembleia, merecido, aclamado e nós, só temos a agradecer, porque foram pautas muito importantes, onde nós voltamos engrandecidos de conhecimento e com uma vontade pujante de fazer as coisas acontecerem, trazer novidades e trabalhar, realmente, em prol da população do nosso Estado e fazer a diferença no nosso mandato. Muito obrigada, deputado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua- Obrigado, deputada Yonny pelas palavras. Quero, também, agradecer, aqui, ao pessoal da comunicação, em nome da Sônia, da Soninha, como é carinhosamente conhecida, aqui. Parabéns, pelo seu trabalho, pelo seu profissionalismo. Quero agradecer à Adriana Cruz, à Camila Dalagnol, quero à Marilena Freitas, Eduardo Andrade, Rondinele Esbell e Anderson Lira, todos são excelentes profissionais, que dão apoio nesses grandes eventos, quando nós estamos neste Brasil afóra.

Quero, neste momento, também, chamar a atenção à nossa querida deputada, para a comissão de energia da nossa Assembleia Legislativa. No Brasil, na Região Norte do Brasil, quatro estados brasileiros, foram compradas a distribuição de energia com o mesmo valor que foi comprada a de Roraima, Rondônia, Amazonas, Roraima e Amapá, todos foram comprados, simbolicamente, por cinquenta mil reais. A Deputada Betânia, nossa presidente da comissão de investigação de energia na Assembleia Legislativa, os presidentes das comissões do Amazonas, do Amapá e de Rondônia se prontificaram para, como seja preciso de alguma contribuição, eles estão dispostos a vir, aqui. Roraima, o Amazonas e Rondônia, já ganharam na justiça a redução da tarifa energética que essas empresas estão cobrando. Estão em investigação profunda e eles falam que têm forte esperança de que até os contratos, sejam desfeitos, porque eles foram feitos, deputada, ilegalmente, já descobriram e já chamaram os presidentes, já investigaram e têm fortes indícios de que eles vão reverter este leilão, que foi feito para esta empresa que comprou as quatro distribuições de energia, dos quatro estados brasileiros. Então, eu queria dizer a nossa querida deputada Betânia, que nós avancemos e, se for preciso convidá-los, eles estão dispostos a vir e dar sua contribuição de como eles conseguiram reverter este leilão nos seus estados. Então, era isso que eu tinha a agradecer.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Mas, eu não poderia deixar de parabenizá-lo, por ser agora, vice-presidente da Unale, o senhor, que tem um carinho muito grande pela Unale, que quando nós, deputados, de primeiro mandato, aqui, chegamos a esta Casa, o senhor logo nos cerca e fala da importância de estarmos juntos na Unale. Assim que foi anunciado, eu fiquei muito feliz, não poderia me sentir melhor representada. O senhor sabe muito bem disso, o senhor batalhou, galgou degraus e conseguiu estar, ali, na vice-presidência. É uma honra para o Estado de Roraima ser representado pelo senhor na Unale, com relação à CPI da Roraima Energia. E quero, desde já, agradecer aos estados que querem e estão abertos a somar conosco para quando formos finalizar o nosso relatório termos mais embasamento em coisas concretas, em fatos que, realmente, mudaram a história de outros estados. Certamente, deputado Gabriel Picanço, para Roraima também será uma benção, nós levamos isso a frente, trazendo modelos de outros estados. Obrigada, obrigada, por vestir a nossa camisa. Eu assisti a sua fala, ali, na Unale, pedindo socorro por Roraima, no que tange aos imigrantes, nessa questão que tem assolado, realmente, o nosso Estado, agora perdendo cada dia mais homens e mulheres trabalhadores. Essa é de fato uma demanda que requer atenção nacional. Nós, realmente, não podemos nos calar. Obrigada pela oportunidade, parabéns mais uma vez.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua – Obrigado, deputada. Só para encerrar, quero dizer ao povo que está nos ouvindo, que está nos assistindo, que a Unale tem nos seus quadros de associados setecentos e noventa deputados inscritos na Unale. Nós somos mil e cinquenta e um deputados, no Brasil inteiro. E esses setecentos e noventa, deputados, que têm direito a voto, eu tive a honra de ter o apoio de todos eles, deputada Lenir. E, do parlamento amazônico, nós somos duzentos e cinquenta e seis deputados estaduais, neste país, na região amazônica. E, tive também, a grata satisfação de ter o apoio de todos para fazer parte da mesa diretora do parlamento amazônico. Quero só agradecer a Deus por mais uma oportunidade que nós estamos vencendo, que nós estamos vivendo no Estado de Roraima. Parabéns ao povo de Roraima. Eu sou muito grato por estar aqui, neste estado há muitos e muitos anos. Muito

obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Agradeço ao deputado Gabriel pela sua fala.

Solicito ao deputado Chagas à verificação de quórum para deliberar as matérias.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Senhor presidente, temos apenas 8 deputados em plenário, não há quórum para deliberação.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo quórum para deliberação dos projetos transiro todas as pautas do dia para sessão de amanhã. Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, eu só gostaria de reportar ao presidente da Comissão de Ética, deputado Chagas, para saber como vai ser o *modus operandi* dessa comissão, uma vez que nenhuma testemunha que eu apresentei foi notificada pela comissão. Ninguém recebeu absolutamente nada por ela. Porque o Regimento Interno fala uma coisa, mas a Constituição Federal fala outra. Eu não posso ser oficial de justiça, eu não posso chegar e intimar minhas testemunhas. Quem tem que intimar é a própria comissão, que mesmo tendo um artigo que ampara, mas, se contradiz com o Regimento Interno da Assembleia e também com a Constituição Estadual. Sem falar que, no Regimento da Câmara e da Constituição Federal, ela é absolutamente plausível, compete à comissão ter a equipe para intimar as testemunhas para data, dia e hora, de acordo com o foro ou também com o seu interesse. Eu gostaria de saber de Vossa Excelência, como é que Vossa Excelência vai proceder esse embaraço técnico que nós estamos vivendo dentro dessa comissão?

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Deputado Jalser Renier, eu sou presidente da Comissão de Ética, entretanto, de acordo com o nosso Regimento Interno, ela prevê que nos casos de representação contra deputado é definido uma subcomissão, é essa subcomissão, a cargo do relator escolhido entre os membros da subcomissão que toca a fase instrutória do processo. No caso concreto, é o deputado Jorge Everton, cabe a ele essas deliberações, tanto como lhe notificar, como de fato fez para que apresentasse a defesa, receber a sua defesa, como de fato ele fez e marcará as reuniões da subcomissão, como de fato ele fez. Isso é evidentemente, assunto para ser tratado no âmbito da subcomissão. Mas, o senhor nos consultou, aqui, em plenário, nas explicações pessoais da Assembleia, o que eu posso lhe informar é que o senhor entrou com mandado de segurança na Vara da Fazenda Pública, questionando essa questão e pedindo adiamento da reunião, marcada pelo relator da subcomissão e a decisão do juiz foi negando a liminar. O senhor pediu o adiamento da reunião e pediu também que quem deveria convocar as testemunhas era a subcomissão. Foi negado, porque existe um rito próprio previsto no nosso Regimento para os casos de processamento das representações contra deputados, não se aplicando código de processo penal. Enfim, pelo que eu entendi a subcomissão está cumprindo o que entende, o que é o rito, e com uma decisão em sede de mandado segurança, que contrariou o seu pedido. Nessa decisão, o magistrado cita um artigo de uma resolução, aprovado aqui, em 2017, que estabelece que é de responsabilidade do acusado apresentar as testemunhas para serem ouvidas. É dessa forma que eu entendi a decisão liminar e a posição da subcomissão. Está marcada para hoje à tarde, a reunião. Embora eu não seja integrante da subcomissão, mas eu sou o presidente da comissão, eu estarei presente para ouvir as suas testemunhas de defesa e, enfim, eu acho que esse é o procedimento, o senhor trazer as suas testemunhas. Mas, pode ter alguma que não esteja na cidade, não esteja no estado, mas, para isso, vai ser disponibilizado um link para que a testemunha possa participar por videoconferência. E, caso, mesmo assim, o senhor entenda que o seu direito à defesa esteja sendo dificultado, então, o senhor tem todo o direito de petição, nesse sentido, apresentar isso, no âmbito da subcomissão, na própria comissão. Porque, após o trabalho da subcomissão, que é a fase instrutória, o relatório dessa subcomissão deverá ser submetido à comissão, que é um outro momento. Então, dentro do procedimento e do rito previsto no nosso Regimento Interno, o senhor vai ter a oportunidade para, caso se sinta dificultada a sua defesa, sua ampla defesa, questionar isso, e nós vamos, evidentemente, sendo questionados, decidir, conforme nosso entendimento.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Obrigado, deputado Chagas. Como se trata de algo realmente sério, eu lamento, porque eu não tenho para quem recorrer. Eu vou recorrer para quem? Eu vou recorrer para a raposa que está dentro do galinheiro, que é o meu relator? Eu vou recorrer para a deputada Catarina, que tem um áudio, dizendo que quer me cassar? Eu vou recorrer para quem? Eu não tenho para quem recorrer. Então, nesse atuante técnico dessa comissão, eu credito a Vossa Excelência, que Vossa Excelência faça um trabalho técnico e não um trabalho político, porque o trabalho político já está sendo feito. Ou seja, eu já estou condenado pela deputada Catarina, que deixou bem claro, aqui. Estou

condenado pelo deputado Jorge Everton, que é o relator. Então, isto é um fato, posteriormente condenado por esta Casa. Isto aqui, também, é outro fato. Tanto é, que não tem nenhum deputado, aqui, que se manifeste e diga assim: “não, não é assim não, você não vai ser condenado, não, você não vai passar por isto, não”. Não tem nenhum. É como se eles não tivessem me ouvido, é como se eu tivesse falando para uma parede sem absolutamente ninguém estar por trás dela. Eu estou falando para um monte de mudos. É isso. É assim que eu estou me sentindo, deputado Chagas. Então, o meu direito está sendo tolhido, eu não tenho como trazer testemunha. Como é que eu vou trazer testemunha, hoje, às 15h? Como é que eu vou pegar um juiz federal e trazer lá, da Vara da Fazenda Pública, que foi o juiz que me prendeu? O juiz quer depor ao meu favor, porque ele se arrependeu de ter feito a prisão contra mim. Como é que eu vou fazer isso? Então, é um questionamento, é um questionamento extremamente difícil, deputado Marcelo, que esta Casa não está me ajudando a fazer e a sanar. Esta Casa não está ajudando. Esta Casa está contribuindo para acelerar o processo, para julgar a minha cassação, ainda este ano, antes do recesso. E se não der para julgar este ano, não vai ter recesso, até ser julgada a cassação do deputado Jalser Renier, porque é assim que esta Casa quer; essa é a verdade. Então, eu estou aqui, profundamente indignado, com os meus colegas, com a parte da maneira viril que os meus colegas estão me tratando. Isso aqui é irrefutável. Isso aqui é um ato de exceção. Isso aqui é um ato de absoluto desrespeito com um colega, que está aqui, há mais de vinte e oito anos, Deputado Marcelo.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Presidente, apenas para... como o deputado nos citou, novamente...é importante Deputado Jalser, o senhor e a sua defesa entenderem que, embora a Comissão de Ética esteja à frente desse processo, o nosso Regimento Interno estabelece que, recebida a representação, é escolhida uma subcomissão. É essa subcomissão que está encarregada de conduzir o vosso processo, deputado Jalser, o senhor está me escutando? Assim está previsto no parágrafo 1º do Artigo nº 46 do nosso Código de Ética. Então, neste momento o processo não está nas mãos do Presidente da Comissão, nem do vice-presidente, ele está sob a condução dessa subcomissão, que tem como membro o Relator deputado Jorge Everton, o revisor deputado Evangelista e a deputada Lenir. São eles que estão instruindo o processo. Não pode o presidente da comissão, em momento algum, nessa fase, interferir. É do meu entendimento que, após essa fase instrutória, como já lhe falei, o processo vai vir às minhas mãos, ao presidente da Comissão de Ética. Nós vamos definir a data para a leitura do parecer e deliberação. Como já lhe falei, anteriormente, caso o senhor esteja, continue irredimido com a posição da subcomissão, nada impede de o senhor apresentar qualquer requerimento. No caso, o senhor está dizendo que está tendo o seu direito de ampla defesa dificultado, aí sim, estará sob a minha competência decidir o que deve ser feito. Se houver necessidade de análise jurídica, nós vamos pedir, se eu entender que estou pronto, oficialmente, para tomar uma decisão e colocar para deliberação dos meus pares na comissão, assim eu farei. O Senhor solicitou que sejam ouvidas trinta e uma pessoas, o nosso Código de Ética, o nosso Regimento ele é silente sobre isso, com relação ao número de pessoas que possam ser apresentadas pela defesa ou pela acusação. Entretanto, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece um limite, que são cinco pessoas. Eu entendi que o nosso relator, ao atender o vosso pedido, ele poderia simplesmente ter aplicado o Regimento da Câmara, para ouvirem apenas cinco, mas eu acho que para ele não dificultar sua ampla defesa, ele permitiu que o senhor trouxesse todas. Então, o senhor tem que avaliar, também, por esse lado. Se for aplicar o Regimento da Câmara, pois o nosso Regimento Interno diz que o que for omissivo ao nosso Regimento, se aplica subsidiariamente ao Regimento da Câmara. Ele poderia limitar a cinco, poderia dizer “olha, indique apenas cinco”, mas ele deixou o senhor trazer os trinta e um. E, o nosso Regimento Interno estabelece que, quem tem que trazer é quem apresenta as testemunhas. E assim, a decisão foi no não mandado de segurança. É claro que não se julgou o mérito, ainda, apenas a liminar. Então, o que eu quero dizer para o senhor de uma forma bem objetiva: no momento está no âmbito da subcomissão, é ele, o relator e os outros dois membros, quem cabe conduzir, e não o presidente da comissão. Passado essa fase de instrução, quando o processo for apresentado na comissão, eu posso emitir, caso haja algum questionamento, com a minha decisão, ouvindo, claro, os pares da comissão. Então, o Senhor pode ter certeza que eu vou, e estou trabalhando de forma clara, transparente, seguindo o Regimento, não vou permitir que se cometa nenhum, algum ato, que fira o seu direito constitucional da ampla defesa e do contraditório.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Deputada Lenir, explicações pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu quero dizer que eu sou membro da subcomissão da Comissão de Ética; é um colegiado, mas eu não fui consultada, conforme o Presidente da Comissão de Ética está

dizendo que é a posição da subcomissão. Não é a posição da subcomissão, porque eu sou membro e não fui consultada. Aliás, eu tive conhecimento pelos meios de comunicação, somente ontem à noite, quando eu fiz uma provocação no nosso grupo, que foi postado. É uma posição do relator, e não da subcomissão. Acho que temos que deixar claro, aqui, que, embora nós sejamos um colegiado, eu sou membro da subcomissão e não fui consultada em nenhum momento, em nenhum momento, inclusive, a decisão é do relator, assinada só pelo relator. Nós não fomos consultados. Irei vir, hoje, fui notificada para vir para a reunião, irei vir. Eu quero dizer Deputado Jalser, que aqui pode ter muita gente que é covarde, mas eu não sou, não! Não me bote nesse saco, não. Eu sou defensora pública de carreira, tenho o meu nome a zelar, não gosto de injustiça e nem gosto de me calar! Então, não me bote em um saco comum, não. Porque eu, Lenir, tenho postura, eu tenho postura ética! Se o cara, eu já fiz júri popular, aqui, acho que a pessoa tem que ter a ampla defesa, quando não tem nada, quando as legislações infra são silentes, usa-se o código processo penal, e usa-se o código processo civil. Eu entendo também que Vossa Excelência não tem o poder de trazer a pessoa que é a vítima dos autos processuais. Eu entendo que Vossa Excelência não pode trazer um juiz federal, um deputado federal, que nós, da subcomissão teríamos que notificar essas pessoas para comparecerem. Mas, até agora, no momento, eu não fui consultada. Então, o senhor não pode, de maneira alguma, dizer que todos são covardes, que todos são silentes, que todos se calam, porque eu já me manifestei no âmbito da Comissão de Ética, por meio do nosso grupo, que eu não concordava que uma pessoa só decida, que uma pessoa só se manifeste...

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – A Senhora sabe que eu não quis falar seu nome...

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Mas, eu me senti ofendida por Vossa Excelência!

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Não se sinta, porque a Senhora sabe que eu não tenho motivo nenhum para falar da Senhora, a não ser com palavras de agradecimento, tanto a Senhora como ao Deputado Odilon, como o Deputado Dhiego, e muitos outros, que se somam a isso, Deputado Chico Mozart e muitos outros, a senhora sabe disso. Então, se porventura, a senhora se sentiu ofendida, eu já envio uma coroa de flores e um pedido de desculpas para a senhora.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu acredito no seguinte, que nós temos que deixar a comissão trabalhar com tranquilidade, trabalhar...Eu confio no trabalho do Deputado Coronel Chagas, é uma pessoa que eu admiro aqui no Estado, é um estudioso do Direito. Então, eu acredito que nós devemos deixar a comissão trabalhar. Eu acho que ninguém, que ninguém, nem o relator, é o juiz do tribunal de exceção que vai executar o colega. Porque, aqui, aqui, nesta Casa tem sim deputados que têm condenações. Nunca a Comissão de Ética teve nenhum motivo para çar o mandato. O mandato é algo sagrado. Nós passamos, nós passamos vergonha, a gente sofre, a pessoa humilha a gente por causa de um fardo, deputado Marcelo Cabral. Se eu chego a um lugar falam: “agora que apareceu”. Como se o estado fosse pequeno. A gente sofre humilhações para chegar até aqui, deputado Renan. Então, eu acredito que é uma coisa que temos que tratar com muito zelo, com muito cuidado, com todos os procedimentos jurídicos necessários, não é palanque, não é circo, não é para alguma pessoa achar que é o tal e acabou-se a história, não. Eu acho que temos que ter muita responsabilidade. Deixo minha manifestação, aqui, porque fui citada indiretamente, dizendo que é posição da sua comissão, mas não é a posição da sua comissão é a posição do relator. E ele que arquê com a responsabilidade da posição dele, se ele achar que está correto. E, eu vou respeitar.

Eu, também, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o deputado Gabriel Picanço, que já se foi, não é fácil, em um colegiado de duzentos e cinquenta e seis parlamentares ser eleito, como ele foi eleito, vice-presidente da Região Norte na Unale. Quero parabenizar a deputada Tayla Peres que foi eleita secretária no Parlamentar Amazônico. Eu fui eleita para secretária-geral no Parlamentar Amazônico.

E quero, também, parabenizar três pessoas, hoje, aqui, o aniversário de três pessoas. Hoje, faz aniversário a minha mãe, que me deu caráter e formação, lutou para que nós fôssemos pessoas éticas, justas e transparentes. Quero parabenizar minha filha, minha única filha mulher, que também faz aniversário, hoje. E eu quero parabenizar uma pessoa, que é uma pessoa muito importante no Estado, não é por causa de política que vou deixar de parabenizar, aqui, o ex-senador Romero Jucá, que está fazendo aniversário, hoje. Sempre dei os parabéns para Vossa Excelência, vou continuar dando os parabéns para o Romero Jucá, que Deus o abençoe, não vai ser a política que vai estragar a amizade e a admiração que eu sinto pelo ex-senador Romero Jucá, que na legislação não existe ex-senador, quando a pessoa é senador, ela é sempre senador pela legislação, é o único cargo que a pessoa não deixa de ser. Então, quero deixar meus parabéns,

dizer para a minha mãe e para a minha filha, que eu amo vocês e quero deixar registrado na ata, hoje, a minha gratidão pela minha vida e pela formação que minha mãe me deu. Era isso, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Renan** – Explicações pessoais.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Deputado Renan, Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Renan** – Senhor Presidente, queria, aqui, deixar um agradecimento e, ao mesmo tempo, parabenizar a equipe Vila Jardim, que disputou o campeonato de jiu-jitsu na cidade de São Paulo. Foram dez atletas, graças ao apoio do Setrabes, da secretária Tânia, da primeira-dama Simone Denarium. Nós conseguimos cinco medalhas, dois campeões mundiais, um vice-campeão mundial e isso mostra que o esporte é importante, quando ele planta uma semente, com certeza, a colheita é farta, principalmente no âmbito esportivo. Então, fica aqui, os meus parabéns para esses atletas, que sonharam e através do seu esforço, realizaram, ontem, esse feito, e chegaram a Boa Vista. Quero agradecer, também, ao comandante do Corpo de Bombeiros, o coronel Anderson, que liberou o caminhão, toda a equipe, vindo de Roraima, sem vocês, esse sonho não seria realidade. E, aproveitando a oportunidade também, parabenizando os quatrocentos e quarenta e três novos policiais penais que ontem foram empossados. Parabéns ao governador, parabéns ao secretário André e toda a sua equipe. Parabéns, aqui, a todos os deputados estaduais, nesta Assembleia. As pessoas têm a mania de dizer, deputada Lenir Rodrigues, que um deputado defende a causa porque um é delegado, o outro é soldado, o outro é policial civil, aqui todo mundo deixou os cargos de lado e assumiu o cargo de deputado estadual. Então, são vinte e quatro deputados que defendem os interesses do estado e como existe esse entendimento, está aí o resultado. E, a senhora como servidora pública, ajudou bastante, todos, aqui, deputada Aurelina Medeiros, o deputado Marcelo Cabral, para que esse concurso saísse. Na época, o deputado Jalser Renier atendeu o secretário e depois, logo em seguida, foi votado em dois turnos esse concurso público. Então, é uma vitória de todos os vinte e quatro deputados e ficamos felizes de estar em um momento aqui, no Estado, com a valorização do servidor. Claro, que ainda tem muita coisa para fazer, muita, mesmo, principalmente na questão dos salários. Mas, está dando posse aos quatrocentos e quarenta e três servidores públicos para tomar conta do nosso sistema prisional. Isso é louvável, terão outros investimentos, tem inauguração de alguns presídios, ainda, e vai necessitar de outros servidores, deputada. Claro que, dependendo da sensibilidade e se precisarem, eu acredito que vai precisar, por questões das obras que estão sendo feitas, ter uma segunda turma, que está no cadastro de reserva, que fica a critério do governador. Eu acredito na sensibilidade e que logo, logo, claro, que tendo orçamento, irá formar e empossar os novos policiais penais. Se eu não me engano, são quatrocentos, ainda, que faltam. Não sei se terá recurso para todos, mas, acredito na equipe do Governo e logo, logo, estaremos, pelo menos, com uma segunda academia. Obrigado.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais nenhum deputado que queira usar as explicações pessoais, quero encerrar a sessão e convido todos os deputados, quero fazer um aviso a todos os deputados e deputadas que a presidente de comissão de orçamento estendeu o prazo até o dia treze de dezembro para apresentarem as suas emendas individuais para podermos finalizar, poder ajudar, poder juntar todas as emendas dos deputados para dar celeridade e deixar o processo de orçamento pronto na comissão para deliberar e votar.

E, não havendo mais o que se tratar, dou por encerrada a presente sessão, convocando outra sessão para amanhã, às 9h, de acordo com o nosso Regimento Interno. Obrigado a todos. Bom dia.

Participaram da sessão as senhoras deputadas e os senhores deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Betânia Almeida, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Chico Mozart, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jânio Xingu, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Neto Loureiro, Odilon Filho, Renan, Renato Silva, Tayla Peres e Yonny Pedroso.**

ATA DA 2899ª SESSÃO, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2021

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MARCELO CABRAL

(Em exercício)

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e vinte e um, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se início à segunda milésima octingentésima nonagésima nona Sessão Ordinária da oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o senhor deputado Evangelista Siqueira para atuar como segundo-secretário *ad hoc*, ao qual solicito à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Evangelista Siqueira** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco a ata em discussão. Não havendo quem deseje discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a ata da sessão anterior, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao primeiro-secretário à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – O Expediente consta do seguinte, senhor Presidente: **RECEBIDOS DO EXECUTIVO:** Mensagem Governamental n. 64/2021, encaminhando o Projeto de Lei n. 307/2021, que “dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA em Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação – SAICTI, a transformação da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ em Secretaria de Estado da Economia – SEEC, a criação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, a extinção da Secretaria do Planejamento de Desenvolvimento – SEPLAN, a extinção do Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI, e dá outras providências”; Mensagem Governamental n. 65/2021, encaminhando o Projeto de Lei n. 303/2021, que “altera o Parágrafo Único do Art. 1º da Lei 215, de 11 de setembro de 1998; Mensagem Governamental n. 66/2021, encaminhando o Projeto de Lei n. 308/2021, que “cria, no quadro de pessoal do estado de Roraima, o Plano de Cargos e Salários da Carreira de Planejamento e Orçamento, fixa os seus vencimentos e dá outras providências”. **RECEBIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** Ofício n. 458/2021, encaminhando o Projeto de Lei n. 309/2021, que “altera dispositivos da Lei 153, de 1º de outubro de 1996; dispõe sobre a reconstrução do quadro de pessoal, do Plano de Carreira e de Cargos dos Servidores do Ministério Público do Estado de Roraima e dá outras providências”. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 304/2021, de autoria da deputada Lenir Rodrigues, que “dispõe sobre a prioridade de exames de mamografias em mulheres de 40 a 70 anos e com histórico familiar de câncer de mama e/ou nódulos em toda rede de saúde pública ou privada, no âmbito do estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 305/2021, de autoria da deputada Angela Águida Portella, que “veda os planos de saúde de limitar consultas e sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicoterapia no tratamento das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA)”; Projeto de Lei n. 306/2021, de autoria da deputada Angela Águida Portella, que “altera o parágrafo único do art. 2º e acrescenta a alínea ‘g’ ao inciso III, do artigo 3º da Lei n.º 1.186 de 30 de maio de 2017, para o cumprimento das diretrizes de que trata esse artigo, o poder público acrescentará às ações em prol das pessoas com transtornos do espectro autista – TEA, bem como em atenção integral às suas necessidades, possibilitando o regime de teletrabalho ou redução da carga horária do servidor público estadual que tenha cônjuge, filho ou dependente com TEA, sem compensação de horário”; Requerimento n. 172/2021, de autoria da deputada Angela Águida Portella, que requer a retirada de tramitação dos Projetos de Lei n. 123 e 256/2021; Indicações n. 1414 e 1415, de autoria da deputada Catarina Guerra; Memorando n. 93/2021, de autoria do deputado Nilton Sindpol, justificando sua ausência à sessão do dia 30 de novembro do corrente ano; Memorando n. 88/2021, de autoria do deputado Chico Mozart, justificando sua ausência à sessão do dia 25 de novembro do corrente ano; Memorando n. 25/2021, de autoria do deputado Dhiego Coelho, justificando sua ausência às sessões dos dias 18, 23 e 24 de novembro do corrente ano. **DIVERSOS:** Ofício n. 239/2021, de autoria da Caixa Econômica Federal, que trata de Crédito de Recursos Financeiros para a Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde; Ofício n. 240/2021, de autoria da Caixa Econômica Federal, que trata de Crédito de Recursos Financeiros para a Ampliação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Passaremos ao Grande Expediente. Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para essa sessão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – Senhor Presidente, nós temos sete oradores. O primeiro orador, deputado Jalser Renier.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Deputado Jalser Renier com o tempo de oito minutos e meio.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhoras e senhores, bom dia. Em razão do tempo que está correndo contra mim, eu gostaria... conforme ontem, quando nós estivemos nesta tribuna, eu prometi para pessoas que nós iríamos trazer aqui uma campanha, uma campanha que está

sendo apresentada pelo meu gabinete. A campanha chama-se “o dinheiro é seu”. Nós estamos e já recebemos, mesmo ontem, sem telefone nenhum, através de aparelho de telefone normal... alguns servidores desta Casa e algumas pessoas já estão pedindo o procedimento de como será a forma de elas se apresentarem, porque muitas têm medo de vir aqui na Assembleia Legislativa em razão das câmeras e em razão dos acompanhamentos.

Eu criei aqui um telefone, o telefone é este: 99148-7354. Esse é o telefone que você vai ligar e o teu segredo vai ser mantido em absoluto sigilo. Você vai ligar para esse telefone, você vai dizer que você está devolvendo dinheiro, ou para o chefe de gabinete ou para o deputado dentro desta Casa. E, se isso estiver acontecendo, nós temos uma equipe de advogados que vai à tua casa, sem ninguém tomar conhecimento, prestar o teu depoimento, que vai constar em ata notarial e nós vamos encarregar de fazer as medidas, proteções, para que todo o dinheiro que você recebeu e devolveu, seja para quem for, seja ressarcido para você em gênero, número, grau, prosa, verso e sentimento. Ou seja, ele vai ser ressarcido, integralmente, na sua conta. Isso aqui foi o que fez o Rio de Janeiro; é o que fez o Estado do Pará, é o que fez o Estado Amapá, é o que fez o Estado Acre. Essa campanha que estamos fazendo é para garantir que o dinheiro que você recebe na sua conta, que você vai lá e saca e traz o dinheiro da conta para o chefe de gabinete, para ele conferir se está certinho, ou na mão do deputado para saber se está certinho... isso aqui é crime, isso aqui leva o chefe de gabinete e o deputado para a cadeia. Isso aqui não precisa nem de Ministério Público, isso aqui não precisa nem ouvir o Ministério Público, a nossa consultoria jurídica faz isso de pronto. Eu faço questão de fazer isso de pronto. Então, se você está se sentindo lesado ao longo desses anos; se você recebeu, se você está doando, se você está passando algo que é teu para o nome do deputado, para ele estar comprando carro, para ele estar comprando casa, comprando festa, viajando; ele está fazendo tudo isso com o teu dinheiro. Então, o nome da campanha é “o dinheiro é seu”. Faça isso, denuncie e não se preocupe que nada, absolutamente nada, vai acontecer com você. Isso eu posso lhe garantir, e, se o deputado te procurar e te ameaçar, você também vai falar; se o chefe de gabinete ou membro do gabinete te ligar ou te ameaçar, você também vai falar e você não vai precisar vir à Assembleia Legislativa, a nossa consultoria jurídica vai à sua casa. Nós vamos trabalhar de manhã, de tarde e de noite, buscando as informações. Já que é para fazer um limpa, já que só eu sou culpado nesta Casa, nós vamos deixar claro para a sociedade quem são os “inferninhos” que fazem da democracia, a lixeira sair pelo ralo. É isso que vamos fazer nesta Casa. Isso vai ser feito, agora, neste minuto. Outra coisa, senhor presidente, eu estou protocolando, agora, em requerimento, todos os pedidos que foram abertos durante o período em que eu estava na presidência, todas as cópias de contratos, todas as cópias de documentos, todas as cópias de dinheiro que foram feitos de remanejamento, a folha de pagamento, de como foi paga e de qual maneira foi paga; a verba de gabinete que aumentou em 50% a mais e ninguém falou nada, e a imprensa não disse nada; a verba de ressarcimento que saiu de 35 mil reais para 50 mil reais; a verba de gabinete de deputado que saiu de 120 para 250 mil reais e muitas outras coisas que foram feitas nesta Casa. Contratos obtusos e que vão ser levados da mesma maneira, como me foi pedido quando eu estava na presidência. E aí, nós vamos conversar com cada pessoa envolvida em contrato, porque ele vai ter que vir aqui, dizer se ele está devolvendo dinheiro de parte contrato, seja para quem for, de que maneira for e como foi. Aí, vou chamar a presidente da comissão de licitação, vou chamar as pessoas que trabalharam lá, atrás, às pessoas que estão chamando, aqui, na frente, e se não virem, eu vou procurar, judicialmente, para que seja esclarecido todos os pontos feitos, contratuais, nesta Casa. Porque, se eu esperar o Ministério Público, na pessoa da procuradora Janaina, ela não vai fazer nada pela Casa. A contar por um recente contrato, que esta Casa fez de mais de quatro milhões e meio de reais, que a reportagem foi lá e foi ver uma casa paupérrima, que não tinha condição de pegar um contrato de dez mil, avalie de quatro milhões e seiscentos mil reais, em emergencial, até o final do ano, para satisfazer desejos obtusos, porque para limpar esta Casa, com certeza, não é. Então, eu quero, aqui, encerrar as minhas palavras, mostrando novamente, aqui, o valor e o telefone. Você liga para esse telefone, a partir de agora. Não se preocupe, estamos criando um aplicativo, também, através do *Instagram*. O *Instagram* vai ser criado e vai ser colocado para você deixar o teu *direct* e vai ser mantido em sigilo, a sua posição e o seu nome será, automaticamente, restritivo, portanto, confio no que vamos fazer. A única coisa que queremos é que o dinheiro volte para o seu bolso e que seja garantido no seu bolso o recurso que é teu. Era o que eu tinha para falar.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Próximo orador, o deputado Evangelista Siqueira. Não está presente, passaremos para o próximo orador. Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Presidente, eu quero

retirar a minha fala de hoje.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O deputado Jorge Everton, com tempo de oito minutos e meio.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Bom dia a todos! Presidente, eu quero ser breve. Eu tinha muitos assuntos para falar, mas infelizmente só tenho oito minutos...

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede questão de ordem – Senhor Presidente, eu gostaria que o senhor passasse o meu tempo para o deputado Jorge Everton, como o senhor fez ontem dando o tempo do Renan para o deputado Jalsler, por favor.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Concedo o tempo do deputado Gabriel Picanço para o deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente eu não vou precisar do tempo do deputado Gabriel. Eu não preciso pegar tempo de ninguém, mas eu gostaria que reiniciasse para eu não perder tempo. Obrigado deputado Gabriel, mas não seria justo com o deputado Jalsler, que foi orador antes de mim, que eu utilizasse dessa prerrogativa para eu usar o seu tempo. Não preciso disso. Vou ser rápido e se precisar, amanhã, eu uso a tribuna, na próxima terça, na próxima quarta e todos os dias que eu achar que eu devo falar, porque aqui eu não vou me calar para ninguém, nem para intimidação e nem para ameaça.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Solicito que comece neste momento o tempo do deputado Jorge Everton de oito minutos e meio.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, fazendo um apanhado do que aconteceu ontem, teríamos uma audiência de instrução na subcomissão de Ética, como está previsto no Código de Ética, utilizando o Regimento Interno. Eu, como relator, sou responsável pela condução e na condução eu dei o direito do acusado, que está aqui, sendo de prática, de decoro parlamentar, de apresentar todas as testemunhas e provas que ele quisesse, garantindo a ampla defesa dele, que está sendo investigado nesse procedimento administrativo. Estranhamente, disseram que estávamos restringindo o direito do parlamentar de se defender; estranhamente, disseram que eu estava impondo que pessoas, que não poderiam ser intimadas por ele, viessem até aqui para prestar depoimento. Isso não aconteceu. Na defesa, o deputado Jalsler apresentou uma relação de 32 testemunhas, sendo uma repetida; eram 31 pessoas. Na defesa, eu disse a ele, inclusive, notifiquei, junto com o Coronel Chagas, que é presidente da Comissão de Ética, que ele teria o direito de levar todas as testemunhas que ele quisesse, na terça-feira. Não foi dito, em momento algum, que ele teria uma, duas, três, quatro ou cinco, como é na Câmara Federal. Nós garantimos a ele a ampla defesa. Começou um festival de *fake news*, mas esse festival de *fake news* é em virtude de atos intimidatórios, atos de chantagens e ameaças, que vem sendo empregado, aqui, para os parlamentares. Eu irei defender as minhas convicções, eu não vou ligar para ameaça. Esse número que o deputado Jalsler acabou de disponibilizar, ele é para ser usado, sim, por quem devolve dinheiro para deputado ou quem quer que seja, porque eu não acredito que nesta Casa continuem praticando o erro que o deputado Jalsler praticou no passado, que ele mesmo falou, aqui, que foi preso. Então façam denúncias, vão ao Ministério Público, porque, agora, até o Ministério Público é criminoso, até o Ministério Público não tem legitimidade. Deputado, não tem suspeição, o STF decidiu isso no processo de impeachment da Dilma. Eu não sou suspeito, mas tenho as minhas convicções e sei que nós temos que apurar, seja o processo de agressão, de tortura, de sequestro, que houve com o jornalista Romano, seja rachadinha, ou o que quer que tenha, aqui; seja carta marcada, nós temos que apurar, porque, nós temos, sim, que preservar pela integridade deste parlamento. Nós não podemos fazer daqui uma facção criminosa, onde um defende o crime do outro, mas nós precisamos usar a verdade. Pagar pessoas para acusar colegas, inventar mentiras, isso nós não vamos aceitar e não devemos nos calar.

Deputado Jalsler falou aqui, que nunca atacaria um deputado, um colega deputado, eu também, não, eu também, não. Não fui eu que acusei o deputado Jalsler de ter praticado os crimes que são a ele imputados, chegou uma denúncia ao Ministério Público, por meio da Polícia Civil, de uma investigação, que foi feita. Eu olhei nos olhos do deputado Jalsler, na época, e perguntei: você fez isso? Você mandou? E ele disse que não, e, naquele momento, eu acreditei nele, mas nós temos que apurar no Conselho de Ética as informações que chegaram, através de uma investigação do Ministério Público e da Polícia Civil. A partir deste momento, agora, todos viraram inimigos do deputado Jalsler. A partir de agora, nós não temos o direito de instruir o processo, de ouvir as testemunhas, de ler a acusação. Estão confundindo processo penal com político-administrativo. Deputado Jalsler, eu garanti o direito de defesa de Vossa Excelência. Eu permito que o senhor trouxesse todas as testemunhas que o senhor quisesse, e fizesse a produção de provas que o senhor quisesse, mas vir aqui à tribuna ameaçar os colegas, criar fatos inverídicos, acusações, porque se é verdade tudo o que o senhor

está falando, o senhor prevaricou nesta Casa, como presidente, porque o senhor não agiu. Eu lamento o sofrimento que sua família vem passando, deputado, lamento. Mas eu estou fazendo, aqui, a instrução de um processo, que me foi dado, como relator, e não são ameaças, não são chantagens, intimidações, que vão me calar. Eu fui diretor de cadeia e eu não ligava para facção criminosa. Eu fiz o meu papel e se for preciso fazer, aqui, eu vou fazer. Eu vou fazer o meu trabalho sem atropelar o seu direito, como o senhor acha que nós estamos fazendo. Nós temos, aqui, 24 deputados e todos vão votar com suas convicções, mas a instrução, ela tem que ser feita. O judiciário paralisa, completamente, o processo de cassação do deputado Jalser. Vamos aguardar a decisão da justiça, e, quando ele voltar, nós iremos fazer não só contra o deputado Jalser, mas contra toda a representação que tiver no Conselho de Ética. Eu sou membro do Conselho de Ética, e eu não vou prevaricar. Eu vou fazer o meu papel, agradando ou não a qualquer um dos parlamentares, porque eu fui eleito não foi para participar de participação criminosa. Eu fui eleito para defender o interesse da nossa sociedade e vou fazer, como fiz quando eu pedi o impeachment da governadora Suely, aqui, e foi engavetado; como eu fiz quando aprovaram, na calada da noite, pegar o dinheiro do IPER, dos nossos servidores e eu, sozinho, lutei contra. Não irei me calar, irei sim trabalhar e exercer o meu juramento. O senhor, ontem, tentou me ofender em virtude da forma como eu falo. Sou nordestino, trabalhador, como vários pais e mães de família que vieram para Roraima. Tenho filha e neta roraimense, sinto orgulho desta terra, e minha mãe tem orgulho, não só do meu sotaque, mas do homem que eu sou e que eu me formei. Obrigado, presidente!

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Próximo orador. Deputado Chagas abriu mão do seu tempo.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** - Presidente, eu tenho um compromisso, tardou muito o horário, em razão do clima vivenciado nesta casa, eu vou abrir mão e passar minha inscrição para amanhã.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Deputada Betânia.

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Senhor presidente, colegas parlamentares e você, que nos acompanha pela TV Ale e nossas redes sociais. Um bom dia. Hoje, primeiro de dezembro, começamos o “Dezembro Vermelho”. Esta data, também, marca o início da campanha de prevenção e combate ao câncer de pele, intitulada “Dezembro Laranja”. Em 2021 o Estado de Roraima registrou, aproximadamente, 780 casos de câncer entre homens e mulheres do estado. Além disso, a maior incidência da doença é no público feminino. Este ano, a situação tende a ser ainda maior, senhores. Não podemos esquecer que moramos acima da linha do Equador e que o melhor remédio é a prevenção, com aplicação de protetor solar e os exames de rotina. Previnam-se! Sabemos que a prevenção custa muito mais barato, não é? Também, falando da campanha nacional de prevenção ao HIV, AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis, o Dezembro Vermelho, campanha instituída pela Lei n. 13.504/2017, marca uma grande mobilização nacional na luta contra o vírus HIV, a AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis. Chamando a nossa atenção, atenção da sociedade, para a prevenção, à assistência e à proteção dos direitos das pessoas infectadas com o HIV. A campanha é constituída por um conjunto de atividades e mobilizações, relacionadas ao enfrentamento ao HIV/AIDS e as demais IST. Em consonância, pelos princípios do Sistema Único de Saúde, de modo integrado em toda a administração pública com entidades da sociedade civil organizada e organismos internacionais.

Como podemos ver, senhoras e senhores, nós temos muito com o que se preocupar. Nós estamos diante de três campanhas de fundamental importância para a qualidade de vida da nossa população. Nós estamos dentro dos 21 dias de ativismo contra a violência contra a mulher; nós estamos iniciando, hoje, dia primeiro de dezembro, o Dezembro Laranja, onde temos um número considerável de câncer de pele no Estado de Roraima, e também, diante da campanha nacional de HIV/AIDS. Nós estamos, aqui, nesta Assembleia porque um povo nos escolheu, um povo do qual nos orgulha muito nos representar, se como nordestinos, se como sulistas, o povo de Roraima merece o nosso respeito. E que honra ser nordestino, terra de Margarida Maria Alves, que diz que é melhor morrer na luta do que morrer de fome. Adoro o meu sotaque “de, te” e não troco por ninguém, por ser uma mulher de caráter.

Ultimamente temos vistos nesta Assembleia Legislativa, certamente, o que desagrada a população, são acusações e mais acusações, e nossos Projetos de Leis não são mais votados por falta de quórum. Vemos urgência de um lado, urgência de outro e a população do nosso Estado, deputado Gabriel Picanço, que está esperando respostas destes vinte e quatro parlamentares, que aqui, estão? O que será que está passando pela cabeça do povo, do eleitor, do detentor do poder do Estado de Roraima? O nosso povo tão sofrido, o nosso povo que precisa, cada vez mais, de empenho na educação, na saúde, na moradia, e esta Assembleia está há mais de meses sem ter quórum para a deliberação de projetos. Vamos trabalhar

em prol da população. A justiça será feita no tempo certo. Então eu peço, encarecidamente, senhor Presidente, que cada deputado pense no natal das famílias já sofridas, já abaladas, por uma pandemia, que assolou todo mundo. O Estado de Roraima passando por graves problemas, indígenas sendo mortos, diariamente, e nós aqui, discutindo quem é e quem não é nordestino. Isso é inadmissível, deputado Gabriel Picanço! Que possamos vestir a camisa do povo de Roraima, um povo que batalha, um povo que tem força de vontade para fazer com que este Estado de Roraima seja melhor, porque um Estado de Roraima melhor é possível! E que possamos usar o tempo que nos é dado, nos é concebido pelo povo, neste Plenário, que seja para benefício do nosso povo, porque esse povo merece o nosso compromisso com eles. Era isso que eu tinha para falar, Senhor Presidente, tenham todos um bom dia e que o Senhor nos abençoe!

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passaremos à Ordem do Dia (Discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: – **Projeto de Lei n. 135/2019**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais públicos estaduais, fornecerem exames em mamógrafos adaptados para mulheres com deficiência e outras necessidades especiais, no âmbito do estado de Roraima”, de autoria do deputado Chico Mozart; - **Projeto de Lei n. 177/2019**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços terceirizados, com dedicação exclusiva de mão de obra vencedoras de licitações públicas, no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública do estado de Roraima, reservarem 2% do total de vagas existentes à mulheres vítimas de violência doméstica e dá outras providências”, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; **Projeto de Lei n. 189/2019**, que “torna obrigatória a disponibilidade de cadeiras de rodas nas agências bancárias do estado de Roraima, para atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos ou com mobilidade reduzida de caráter permanente ou transitório”, de autoria do deputado Eder Lourinho; **Projeto de Lei n. 155/2020**, que “dispõe sobre a criação do Selo de Qualidade Artesanal Indígena para atestar e incentivar o consumo de produtos indígenas produzidos no estado de Roraima”, de autoria da deputada Yonny Pedroso; **Projeto de Lei n. 008/2021**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional habilitado em reanimação neonatal na sala de parto em hospitais, clínicas e unidades integrantes do sistema único de saúde e dá outras providências”, de autoria da deputada Betânia Almeida; **Projeto de Lei n. 043/2021**, que “dispõe sobre a política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela rede pública de saúde com a utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel, e dá outras providências”, de autoria da deputada Tayla Peres; **Projeto de Lei n. 102/2021**, que “inclui no calendário oficial do estado o Dia Estadual de Observação de Aves, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de abril”, de autoria da deputada Lenir Rodrigues; **Projeto de Lei n. 121/2021**, que “proíbe farmácias e drogarias de exigir CPF do consumidor, no ato da compra, sem informar de forma adequada e clara sobre a concessão de descontos, no estado, e dá outras providências”, de autoria do deputado Jalser Renier; **Projeto de Lei n. 165/2021**, que “dispõe sobre a prioridade nos programas de habitação de interesse social promovidos pelo governo do estado de Roraima às mulheres responsáveis pela unidade familiar, as vítimas de violência doméstica e de baixa renda”, de autoria do deputado Evangelista Siqueira; **Substitutivo ao Projeto de Lei n. 176/2021**, que “dispõe sobre educação domiciliar e dá outras providências”, de autoria do deputado Gabriel Picanço; **Projeto de Lei n. 184/2021**, que “institui, no estado de Roraima, o Dia do Profissional de Gastronomia, a ser celebrado anualmente no dia 11 de agosto, e dá outras providências”, de autoria do deputado Jorge Everton; **Requerimento n. 173/2021**, que requer realização de audiência pública no dia 07 de dezembro do corrente ano, às 15 horas, de forma presencial, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas para discussão do tema A Arte e a Cultura em pauta: orçamento 2022, de autoria do deputado Evangelista Siqueira; **Projeto de Decreto Legislativo n. 051/2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 52/2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 53/2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 54/2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 55/2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 56/2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 57/2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 58/2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à

pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 59 /2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 60 /2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 61/2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 62 /2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 63/2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 64 /2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; **Projeto de Decreto Legislativo n. 65 /2021**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, que “concede a comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências” (aprovados); **Requerimento de Pedido de Informação n. 031/2021**, solicitando que seja encaminhado, em caráter de urgência, ao presidente da Femarh, Glicério Fernandes, o pedido de convocação para prestar esclarecimento sobre os seguintes assuntos: 1- quantidade e nomes das empresas que trabalham legalmente e ilegalmente na exploração de atividades da pesca esportiva e artesanal no Baixo Rio Branco; 2- estrutura da Femarh para realizar fiscalização; 3- outras informações inerentes aos trabalhos desenvolvidos pela Femarh no Estado ” de autoria do deputado Eder Lourinho; **Requerimento de Pedido de Informação n. 032 /2021**, que “requer, após ouvir o plenário, com urgência ao excelentíssimo senhor secretário de infraestrutura do estado de Roraima os questionamentos mencionados ” de autoria do deputado Evangelista Siqueira; **Requerimento de Pedido de Informação n. 033 /2021**, que “requer, por parte da Sesau, informações quanto ao cumprimento da lei estadual 1.334/2019” de autoria do deputado Renato Silva; **Moção de Pesar n. 062/2021** de autoria deputada Betânia Almeida, aos familiares da senhora Izabel Barros da Silva, pelo seu falecimento.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – Há quórum, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Item I, como o autor do projeto não está na Sessão, passaremos para o item II.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 135/2019.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 135/2019).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão o Projeto de Lei n. 135/2019, de autoria do deputado Chico Mozart.

Não havendo quem queira discutir o projeto, coloco-o em votação. A votação será nominal/eletrônica: Votando “sim” os deputados aprovam o projeto; votando “não” os deputados rejeitam-no.

Solicito à abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 16 votos sim, nenhum voto não, e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 135/2019, de autoria do Deputado Chico Mozart.

O Senhor Deputado **Gabriel Picango** pede Questão de Ordem– Gostaria de solicitar a Vossa Excelência que fizesse inversão de pauta para votar um projeto de lei, de minha autoria, que foi, que estava na ordem do dia na semana passada e fizemos um ofício para esta Mesa Diretora, foi acatado, mas não tinha quórum, senhor Presidente.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem– Senhor Presidente, eu acho que essa pauta já vem sendo transferida há três Sessões, a mesma pauta, e depois do mutirão que nós fizemos, aqui, projetos de todos os deputados, portanto, eu gostaria que seguisse a ordem da pauta.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Peço vênha de todos os deputados, todos os projetos que estão na Ordem do Dia vão ser votados. Como estão há várias sessões para que fossem votados esses projetos, peço para seguirmos a Ordem do Dia, conforme está na pauta do dia. Todos os projetos vão ser votados na conformidade.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 177/2019.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 177/2019).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão o Projeto de Lei n. 177/2019, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

Não havendo quem queira discutir o projeto, coloco-o em votação. A votação será nominal/eletrônica: Votando “sim” os deputados aprovam o projeto; votando “não” os deputados rejeitam-no.

Solicito à abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por encerrada a votação. Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 177/2019, de autoria da deputada Aurelina Medeiros, por 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 189/2019.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 189/2019).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão o Projeto de Lei n. 189/2019, de autoria do deputado Eder Lourinho.

Não havendo quem queira discutir o projeto, coloco-o em votação. A votação será nominal/eletrônica: Votando “sim” os deputados aprovam o projeto; votando “não” os deputados rejeitam-no.

Solicito à abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos sim, nenhum voto não, e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 189/2019, de autoria do deputado Eder Lourinho.

Solicito ao senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 155/2020, de autoria da deputada Yonny Pedroso.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 155/2020).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Presidente, esse projeto foi pensado com muito carinho e solicitado, através da Secretaria do Índio, Marcelo, justamente para fomentar a questão da produção artesanal dos povos indígenas e atestar a certificação, a qualidade e a origem dos produtos. Essa certificação, também, vai fomentar a produção, a comercialização, e até o turismo, dentro das comunidades indígenas, como também vai gerar mais empregos, renda e valorização da nossa cultura. É por isso que eu peço a aprovação dos nobres pares.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais quem queira discutir, passamos para a votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, os senhores aprovam a matéria e votando não, rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Lei n. 155/2020, por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei n. 166/2021, de autoria do deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** pede Questão de Ordem– Presidente, requero a retirada de pauta desse projeto.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Atendendo ao pedido do autor da matéria, transfiro a matéria para a próxima Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 008/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 008/21).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Senhor presidente, trago para o debate um projeto de lei, que torna obrigatória a presença de profissional habilitado em reanimação neonatal na sala de parto em hospitais, clínicas e unidades integrantes do SUS. O objetivo, senhor Presidente e nobres pares, é garantir às gestantes e ao recém-nascido um atendimento digno e humanizado de assistência obstétrica e neonatal, fundamentais para o adequado acompanhamento do parto e no período pós-parto. A humanização compreende dois aspectos: receber com dignidade a mulher e o recém-nascido nas unidades de saúde e adotar medidas e procedimentos sabidamente benéficos para o acompanhamento do parto e do nascimento, evitando práticas intervencionistas desnecessárias. Infelizmente, hoje, não existe uma obrigatoriedade real de garantir a presença de pediatra na sala de parto. A presente proposição visa suprir tal lacuna, dando, assim, maior segurança aos usuários do SUS com atendimento de qualidade, presteza, eficácia e de acolhimento à gestante e ao recém-nascido.

Diante da importância de adotarmos tais medidas, peço a vênha deste plenário e aprovação deste projeto de lei. Muito obrigada, e que Deus os abençoe.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais quem queira discutir, passamos para a votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, os senhores aprovam a matéria e votando não, rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Lei n. 008/2021, por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do

Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 043/2021, de autoria da deputada Tayla Peres.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 043/2021).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para a votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Lei n. 043/21, por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 102/2021, de autoria da deputada Lenir Rodrigues.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Parecer e Voto ao Projeto de Lei n. 102/2021).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Em discussão o projeto.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Este projeto, aparentemente é simples, mas ele traz um impacto na economia do nosso estado. O nosso estado tem muitas aves e atividades de observação de aves, é um link, é um caminho, é uma ferramenta para fomentar o turismo no nosso estado. Então, eu peço a aprovação dos nobres pares.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, passamos para a votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 102/2021, por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 121/2021.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 121/2021).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão o Projeto de Lei n. 121/2021. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 121/2021, por 13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 165/2021.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 165/2021).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão o Projeto de Lei n. 165/2021. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 165/2021, por 13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 176/2021.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 176/2021).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão o Projeto de Lei n. 176/2021. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 176/2021, por 10 votos favoráveis, 03 contrários e nenhuma abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 184/2021, de autoria do deputado Jorge Everton

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 184/2021).

O senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 184/2021. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 184/2021, por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito à senhora primeira-secretária à leitura do Requerimento n. 173/2021, de autoria do deputado Evangelista Siqueira.

A Senhora Primeira-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lido o Requerimento n. 173/2021).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Coloco o requerimento em discussão. Não havendo quem deseje discutir a matéria, coloco-a

em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito à senhora primeira-secretária a leitura, em bloco, dos Projetos de Decretos Legislativos n. 51/2021 a 65/2021, todos de autoria do deputado Marcelo Cabral.

A Senhora Primeira-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lidos os Projetos de Decretos Legislativos n. 51/2021 a 65/2021).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Coloco as matérias em discussão. Não havendo quem deseje discutir as matérias, colocamos em votação. A votação será em bloco e simbólica: os deputados que concordam, permaneçam como estão. Aprovados.

Solicito à senhora primeira-secretária que faça a leitura dos Requerimentos de Pedidos de Informações n. 031, 032 e 033/2021.

A Senhora Primeira-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lidos os Requerimentos de Pedidos de Informações n. 031, 032 e 033/2021).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Coloco as matérias em discussão.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Só para reforçar o meu requerimento sobre meu pedido de informação das cirurgias eletivas para a Secretaria de saúde, queria pedir, aqui, o apoio dos parlamentares. Nós temos muitas denúncias, muitas reclamações, da sociedade. Nós tivemos, sim, um avanço na saúde pública, tivemos a pandemia, também, que atrapalhou muito. Houve uma crise mundial, mas nós precisamos dar celeridade, agora, neste momento, nas cirurgias eletivas e, principalmente, esse pedido de informação é para nós sabermos. Nós temos uma lei, aqui, senhor presidente, de autoria minha e da deputada Yonny, aprovada em 2019, que diz que tem que ser publicada no portal da transparência todas as pessoas que estão precisando de cirurgia no Estado de Roraima, porque nós sabemos que, às vezes, têm pessoas que conseguem fazer cirurgia e têm pessoas, às vezes, humildes, que não têm nenhum tipo de influência, não conseguem fazer cirurgia, ficam anos e anos esperando, aí, vem uma pessoa que tem algum tipo de influência e consegue fazer a cirurgia. Então, essa transparência que eu solicitei e aprovamos aqui, é lei, é para podermos acompanhar, em tempo real, a sequência e prioridade de quem está na vez de fazer a cirurgia. Só quem merece ter prioridade em cirurgia é quem está em caso de mais urgência. Obrigado, Presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais quem deseje discutir as matérias, coloco-as em votação. A votação será em bloco e simbólica: os deputados que concordam, permaneçam como estão. Aprovados.

Solicito à senhora primeira-secretária que faça a leitura da Moção de Pesar n. 062/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida.

A Senhora Primeira-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a Moção de Pesar n. 062/2021).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem deseje discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam, permaneçam como estão. Aprovada.

Passaremos, agora, para as Explicações Pessoais.

A senhora Deputada **Yonny Pedrosa** – Senhor presidente, eu queria só agradecer à Casa. Eu apresentei um requerimento, mas, por conta de não estarem acontecendo as votações, não foi votado em plenário, mas eu quero agradecer, pois foi atendido o nosso pedido para que a iluminação do prédio da Assembleia, pela campanha de 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, uma mobilização, juntamente com a ONU, que acontece em todo o mundo e que tenho participado, ativamente, desta grande luta, que é o combate contra a violência doméstica. E, esses 21 dias vão ser oficializados no calendário do estado, através de um projeto de lei, de minha autoria, que apresentei e é importante destacar que todos os parlamentares se engajem com esta causa. A violência doméstica, hoje, tem tirado muitas vidas, devastado muitas famílias, e, neste momento, quero agradecer pelo empenho desta Casa para fazer a mobilização pela iluminação do prédio. Obrigada, presidente.

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Na verdade, é só para convocar os membros da comissão da família, para que, logo após a sessão, possamos nos reunir para deliberar sobre alguns Projetos de Leis. Obrigada.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais nada a tratar, às onze horas e quatorze minutos, dou por encerrada a sessão e convoco outra para o dia dois de dezembro, à hora regimental.

Participaram da sessão as senhoras deputadas e os senhores deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Betânia Almeida, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Chico Mozart, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Jalsner Renier, Jânio Xingu, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Neto Loureiro, Odilon Filho, Renato Silva, Tayla Peres e Yonny Pedrosa.**

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº: 068/2017
PROCESSO Nº: 1001/2017
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS, PARA ATENDER AOS PROGRAMAS / PROJETOS QUE SÃO DESENVOLVIDOS POR ESTA CASA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA – ALE/RR.
LOCATÁRIA: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
CNPJ Nº: 34.808.220/0001-68
LOCADOR: WILLIAM ALEXANDRE DE ARRUDA
CPF Nº: 951.562.832-68
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.101.01.031.0001.2011/ 33.90.36 – 101
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores
DATA DA ASSINATURA: 16/11/2017
VIGÊNCIA: 16/11/2021 a 16/11/2022
VALOR ANUAL: R\$ 199.060,20 (cento e noventa e nove mil, sessenta reais e vinte centavos)
PELA LOCATÁRIA: RAIMUNDO NONATO CARNEIRO MESQUITA
PELO LOCADOR: FRANCISCO DE JESUS BARROSO DA SILVA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 2316/2019-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, RETIFICA - na seção Atos Administrativos referente à Resolução nº 2316/2019-SGP, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 2943 de 28 de fevereiro de 2019, devido à incorreção a ser sanado.
Onde se lê:
Art. 1º Exonerar EDUARDO ADRIANO DE MELO OLIVEIRA, matrícula: 22257, CPF: 516.957.742-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.
Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2019.
Leia-se:
Art. 1º Exonerar EDUARDO ADRIANO DE MELO OLIVEIRA, matrícula: 22257, CPF: 516.957.742-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.
Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2019.

Boa vista - RR, 13 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812
RESOLUÇÃO Nº 9154/2021-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,
RESOLVE:
Art. 1º Declarar VACÂNCIA do Cargo de Jornalista, Nível: ALE/NS, Classe: C, Padrão: III, de provimento efetivo, do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, ocupado pelo servidor TAYLOR NUNES PEREIRA, matrícula: 1039, CPF: 112.390.180-53, em decorrência da concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE RORAIMA - IPER, conforme a PORTARIA Nº 1195/IPER/PRESI/GPRES, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021.
Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de dezembro de 2021.

Boa Vista - RR, 13 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812
RESOLUÇÃO Nº 9155/2021-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,
RESOLVE:
Art. 1º Suspender o usufruto das férias do servidor PEDRO SOUZA PEREIRA, matrícula nº 16801, programada para o período de 01/12/2021 a 15/12/2021, referente ao exercício de 2021, por necessidade da administração, conforme MEMO/CERIM Nº 074/2021.
Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas no período de 21/02/202 a 06/03/2022.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a contar de 01/12/2021.

Palácio Antônio Martins, 13 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812
RESOLUÇÃO Nº 9156/2021-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF.

Considerando a ausência do ato de publicação das férias,

RESOLVE,
Art. 1º Regularizar a concessão de usufruto das férias da (a) servidor (a), EDIVAN ASSUNCAO DOS SANTOS, matrícula nº 16256, no período de 01/07/2020 a 30/07/2020, referente ao exercício de 2019.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 13 de dezembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812
